EVEX
Evidência Express

MAR | 2026

Benefício de Prestação Continuada (BPC): análise de indicadores de monitoramento e avaliação

Tabela de indicadores

ENAP

Expediente

Presidente
Betânia Peixoto Lemos

Diretora-Executiva
Danyelle Siqueira Campos Gil Lemos Barreto

Diretor de Altos Estudos
Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Educação Executiva
Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Desenvolvimento Profissional
Bruna Danielly da Paz Tenório

Diretora de Inovação
Camila de Castro Barbosa Medeiros

Diretor de Gestão Interna
Lincoln Moreira Jorge Junior

Coordenadora-Geral de Avaliação e Organização de Evidências
Tamille Sales Dias

Capa e Diagramação
Equipe EvEx

Imagens
Unsplash

Autoria
Vinícius Pinon de Medeiros Torres Galindo
Gessica Cardoso Souza

Revisão
Fernanda Borges Serpa

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Para mais informações, consulte nossa página www.enap.gov.br/pt/servicos/avaliacao-eorganizacao-de-evidencias)
ou entre em contato:
evidencia.express@enap.gov.br

O Evidência Express (EvEx) é uma iniciativa da Diretoria de Altos Estudos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). A missão do EvEx é gerar evidências para informar a tomada de decisão no setor público.

Para isso, a equipe sintetiza, produz e analisa dados que possam servir de base para o desenho, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

Os relatórios produzidos pelo EvEx agilizam a geração de conhecimento voltado para desafios públicos, seguindo três premissas fundamentais: engajamento com pessoas gestoras públicas, tempestividade e tradução do conhecimento. Os produtos EvEx podem subsidiar análises ex ante, avaliações ex post ou Análises de Impacto Regulatório, além de beneficiar gestoras públicas subnacionais, pesquisadoras, docentes, servidoras e demais interessadas da sociedade civil.

Os produtos EvEx podem analisar dados qualitativos e quantitativos, sobre:
- Evolução do problema no Brasil e no mundo;
- Público-alvo de uma política;
- Causas e consequências do problema ou política;
- Soluções existentes para o problema;
- Impactos de intervenções ou políticas públicas.

Projeto financiado pela parceria Enap e Secretaria de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), no âmbito das avaliações do ciclo 2025 do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Governo Federal (CMAP)

Forma sugerida para referenciar este documento: GALINDO, V.; SOUZA, G. Benefício de Prestação Continuada (BPC): análise de indicadores de monitoramento e avaliação. In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Relatório de pesquisa, Evidência Express. Brasília: Enap, 2026. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6939. Acesso em: dd mmm. aaaa.

Sumário

Resumo Executivo 4

1 Introdução 5

2 Importância dos Indicadores 8

3 Definição de indicadores do Modelo Lógico: BPC 9

4 Viabilidade de cálculo dos indicadores propostos no Modelo Lógico 13

4.1 Indicadores com sugestão de inclusão ou exclusão 14

5 Considerações Finais 22

Referências Bibliográficas 24

Apêndice I 25

Apêndice II 27

Resumo Executivo

Introdução: O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício assistencial previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garante a transferência mensal de um salário-mínimo a pessoas idosas com 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Este estudo insere-se no contexto da avaliação do programa no ciclo 2025 do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), com o objetivo de subsidiar as discussões sobre a viabilidade de monitoramento dos indicadores propostos na avaliação. O processo avaliativo do BPC resultou na elaboração de uma lista de 21 indicadores recomendados para o monitoramento do programa.

Métodos: Para avaliar a viabilidade desses indicadores, foi proposta a aplicação de uma ficha padronizada para sua catalogação, baseada no conjunto de requisitos e propriedades indicados por Bahia (2021). A ficha catalográfica utilizada buscou organizar, complementar e detalhar informações sobre as fontes de dados, periodicidade de apuração, fórmulas de cálculo, formas de interpretação, comparabilidade, entre outros aspectos relevantes. Essas informações foram coletadas por meio das gravações das oficinas de avaliação e posteriormente consolidadas em uma matriz de indicadores.

Resultados: Dos 21 indicadores originalmente propostos nas oficinas do CMAP, dois foram excluídos por duplicidade. Para suprir lacunas identificadas na matriz original, especialmente nos componentes de **insumos** e **processos/atividades**, foram sugeridos 18 novos indicadores. Como resultado, foi construída uma matriz com 37 indicadores detalhados, sendo 19 indicadores originais reformulados e 18 novos indicadores.

Conclusão: O estudo sistematizou e aprimorou o conjunto de indicadores propostos para o monitoramento do BPC, organizando informações essenciais sobre definição, cálculo, fontes de dados e interpretação das métricas. A matriz resultante oferece uma base técnica inicial para a estruturação de um sistema de monitoramento alinhado ao modelo lógico do programa. Ao mesmo tempo, foram identificadas limitações relacionadas à disponibilidade e ao acesso às bases de dados, bem como à necessidade de validação posterior de parte das propostas metodológicas pelas áreas técnicas responsáveis.

1. Introdução

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício não contributivo assistencial integrante da política de assistência social brasileira, previsto no Artigo 203 da Constituição Federal e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), instituída pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. O benefício garante a transferência mensal de um salário-mínimo às pessoas idosas com 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (Brasil, 1993; Brasil, 2007; Brasil, 2025a). Dessa forma, o BPC constitui um dos principais instrumentos de proteção social voltados à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica no país.

O acesso ao benefício é condicionado ao cumprimento de critérios legais de elegibilidade. O benefício é destinado a pessoas idosas com 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência que apresentem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, capazes de obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Além do critério categórico, exige-se a comprovação de renda familiar mensal per capita de até um quarto do salário-mínimo, podendo esse limite ser flexibilizado na análise administrativa quando outros elementos indicarem situação de vulnerabilidade social.

A concessão do benefício requer ainda inscrição e atualização dos dados do grupo familiar no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), residência no território nacional e registro biométrico do beneficiário. Nos últimos anos, foram introduzidos mecanismos adicionais de proteção social voltados especialmente às pessoas com deficiência beneficiárias do programa. Entre essas medidas, destaca-se a possibilidade de suspensão temporária do benefício em caso de aumento da renda decorrente da inserção no mercado de trabalho, permitindo que o beneficiário retorne ao programa caso volte a atender aos critérios de elegibilidade, o que busca reduzir desincentivos à inclusão produtiva (Brasil, 2017; Brasil, 2025a).

No plano administrativo, a operacionalização do BPC envolve diferentes etapas administrativas e institucionais. Conforme estabelecido pela Portaria Conjunta nº 34, de 9 de outubro de 2025, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o ciclo operacional do benefício compreende quatro etapas principais: requerimento, concessão, manutenção e revisão (Brasil, 2025a). O requerimento do benefício pode ser realizado pelos canais de atendimento do INSS ou por unidades públicas da assistência social, quando pactuado no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Durante a análise do requerimento, o INSS é responsável por verificar o cumprimento dos

requisitos legais de acesso ao benefício, incluindo a renda familiar mensal per capita, a regularidade das informações cadastrais e a inexistência de impedimentos legais para o recebimento do benefício. Para isso, são utilizados dados provenientes do CadÚnico e de outras bases de dados da administração pública, que podem ser cruzadas para validação das informações declaradas pelo requerente.

No caso das pessoas com deficiência, a concessão do benefício depende da comprovação da deficiência por meio de avaliação biopsicossocial, realizada pela perícia médica federal do Ministério da Previdência Social e pelo serviço social do INSS. Essa avaliação busca verificar a existência de impedimentos de longo prazo (2 anos) e pode ser realizada presencialmente ou por videoconferência, conforme as condições operacionais definidas pelo Instituto. Após a concessão, o benefício permanece ativo enquanto forem mantidos os critérios de elegibilidade, estando sujeito a procedimentos periódicos de revisão, que incluem atualização cadastral no CadÚnico, verificação de inconsistências nas bases administrativas e, quando necessário, reavaliação da deficiência (Brasil, 2025a).

Em termos de magnitude, o BPC constitui uma das principais políticas federais de transferência de renda no Brasil. Em janeiro de 2026, o benefício atendia aproximadamente 6,36 milhões de pessoas, sendo 3,71 milhões de pessoas com deficiência e 2,65 milhões de idosos, com repasse mensal superior a R$ 10,3 bilhões e execução anual de cerca de R$ 116,6 bilhões em 2025. Em comparação, o Programa Bolsa Família, por exemplo, apresentou transferência mensal de aproximadamente R$ 13 bilhões, embora alcance um número significativamente maior de beneficiários. Diante da escala e da relevância social dessa política, torna-se fundamental desenvolver instrumentos analíticos capazes de monitorar sua implementação e avaliar em que medida o programa alcança efetivamente o público-alvo ao qual se destina.

Um dos desafios recorrentes na análise de programas de transferência de renda consiste justamente na avaliação de sua focalização e cobertura. Em termos gerais, espera-se que tais programas minimizem erros de exclusão, quando indivíduos elegíveis não recebem o benefício, e erros de inclusão, quando indivíduos que não atendem aos critérios do programa acabam sendo indevidamente beneficiados. Nesse contexto, a construção de indicadores adequados torna-se essencial para acompanhar o desempenho da política e apoiar processos de aprimoramento da gestão pública (Brasil, 2017).

Durante o processo de avaliação do Benefício de Prestação Continuada conduzido pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), foi elaborado um modelo lógico da política com o objetivo de explicitar os principais componentes da intervenção pública e as relações entre seus insumos, atividades, produtos, resultados e impactos esperados. A partir desse exercício, foram propostos indicadores destinados ao monitoramento das diferentes dimensões da política, construídos em oficinas colaborativas entre a equipe avaliadora e a equipe gestora responsável pelo programa.

Nesse contexto, o presente trabalho, conduzido pela equipe do Evidência Express (EvEx), tem como objetivo revisar e qualificar o conjunto de indicadores propostos para o acompanhamento do BPC. A análise envolve a revisão conceitual dos indicadores elaborados, a verificação de sua consistência metodológica e a complementação de informações relativas à definição, fórmula de cálculo, fontes

de dados, periodicidade e viabilidade de mensuração. Além disso, são apresentados comentários analíticos sobre os atributos dos indicadores e sua adequação aos diferentes componentes do modelo lógico da política.

O Evidência *Express* constitui um serviço de resposta rápida em evidências voltado ao apoio à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Disponibilizado a órgãos da administração pública, o serviço busca reunir e sintetizar informações relevantes de forma ágil, contribuindo para processos decisórios baseados em evidências. O presente relatório insere-se nesse contexto, oferecendo subsídios técnicos para o aprimoramento do sistema de monitoramento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

2. Importância dos Indicadores

Os indicadores são ferramentas que possibilitam acompanhar o cumprimento dos objetivos de uma política. Eles se referem à quantidade, à qualidade, ao cronograma e aos custos observados de forma comparativa. Idealmente, devem ser construídos durante o desenho da política, *ex ante*, a partir do modelo lógico, nesse caso, os indicadores definem quais dados devem ser coletados para que se possa realizar o acompanhamento da implementação e a avaliação sobre a obtenção, ou não, dos resultados esperados. No entanto, a definição desses indicadores não é uma tarefa simples, dada a necessidade de estabelecer uma quantidade suficiente para a verificação de todos os níveis de objetivos do programa, podendo ser necessário mais de um indicador para cada resultado pretendido. É preciso, portanto, priorizar e definir os indicadores mais robustos (Brasil, 2018a).

Além disso, os indicadores devem ser específicos (facilmente comunicáveis), mensuráveis ou identificáveis (objetivos o suficiente para que possam ser observados, ainda que qualitativos), atingíveis (realistas quanto ao contexto da política), relevantes (relacionados aos componentes do modelo lógico da política) e temporalmente definíveis (indicando a periodicidade com que devem ser medidos) (Brasil, 2018a; Brasil, 2018b; Bahia, 2021).

Para a gestão pública, os indicadores são instrumentos que permitem mensurar e avaliar aspectos específicos de fenômenos relacionados à ação ou omissão do Estado, tornando a realidade observável e operacional. Eles servem para medir resultados, gerir o desempenho, embasar análises críticas e decisões, promover a melhoria contínua dos processos, facilitar o planejamento e o controle, além de viabilizar comparações de desempenho entre organizações que atuam em contextos semelhantes (Bahia, 2021).

O presente estudo foi construído de acordo com as recomendações de Bahia (2021) e com os Guias Práticos de Análise *Ex Ante* e Análise *Ex Post* da Casa Civil (Brasil, 2018a; Brasil, 2018b). Os guias destacam a importância da definição dos indicadores a partir do modelo lógico, bem como as principais definições associadas. Já Bahia (2021) ressalta a importância dessa sistematização em uma ficha de cadastro, além de apresentar uma série de conceitos e etapas para a construção dos indicadores.

3. Definição de indicadores do Modelo Lógico: BPC

A definição do quadro de indicadores da avaliação do BPC, realizada no âmbito do CMAP, segue as recomendações de Brasil (2018a), segundo as quais os indicadores derivam das características e dimensões do modelo lógico. Esses indicadores são utilizados para mensurar o desempenho das intervenções e identificar o que não está funcionando conforme planejado. Para esse fim, relacionam-se indicadores a cada componente do Modelo Lógico — insumos, processos, produtos, resultados e impactos —, o que possibilita verificar os diversos aspectos do desenho da política.

O Modelo Lógico e seus respectivos indicadores foram construídos a partir de discussões realizadas entre as equipes responsáveis pela gestão do BPC e as equipes de avaliadores. Como resultado dessas oficinas, foi concebida uma relação de **21 indicadores** (embora a matriz apresente 22, 1 foi descartado primariamente), que, a seguir, são apresentados por componente do Modelo Lógico.

Os **indicadores de insumo** buscam avaliar a utilização dos recursos alocados, refletindo a disponibilidade e a necessidade de insumos básicos para a execução da política (Brasil, 2018a). Os **indicadores de processo e atividades**, por sua vez, mensuram o desempenho das atividades vinculadas à execução do programa. Esses indicadores podem se referir tanto às atividades diretas, ou seja, prestadas diretamente à população, quanto às indiretas, que envolvem a garantia e a sustentabilidade do serviço (Brasil, 2018a). Não foram produzidos indicadores de insumo e nem de processos para o BPC dentro das oficinas.

Já os **indicadores de produto** buscam avaliar as entregas de bens e serviços ao público-alvo da intervenção, relacionadas às atividades anteriores. Para o BPC, os indicadores de produtos foram divididos em intermediários e finais, quando afetam processos e resultados, respectivamente. Nas Tabelas 1 e 2 seguem a descrição dos indicadores de produtos (intermediários e finais) propostos nas oficinas. Ao todo, foram propostos **7 indicadores**, vinculados a 7 dimensões, sendo 3 deles considerados **intermediários**, enquanto os outros 4 foram considerados produtos **finais**. Os produtos intermediários são sucedidos por mais processos e atividades, enquanto os finais já precedem os resultados.

Tabela 1. Indicadores de produtos intermediários propostos na oficina por componente, dimensão, periodicidade e fonte de dados

Dimensão	Indicador	Periodicidade	Fonte de Dados
Benefícios requeridos no Sistema Integrado de Benefícios (Sibe)	Número de Benefícios Requeridos por mês e por município	Mensal	INSS e MPS
Dados de beneficiário com indícios de irregularidade no BPC apurados	Número de benefícios com indícios de irregularidades identificados	Semestral	INSS
Municípios aderidos ao Programa	Percentual de adesões ao Programa	Anual	Dados administrativos internos do MDS

Fonte: Matriz de indicadores – SMA/CMAP

Siglas: MDS: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; MPS: Ministério da Previdência Social; SMA: Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos.

Tabela 2. Indicadores de produtos finais propostos na oficina por componente, dimensão, periodicidade e fonte de dados

Dimensão	Indicador	Periodicidade	Fonte de Dados
BPC concedido	Total de BPCs concedidos	Mensal	Maciça (base de dados da folha de pagamentos) do MDS
Benefício suspenso ou cessado	Total de benefícios suspensos ou cessados e o total de benefícios ativos	Mensal	Dados administrativos internos do MDS e INSS
Beneficiário BPC atendido por outros programas sociais	Quantidade de beneficiários em outros programas sociais	Anual	Cadastro Único e bases dos programas
Questionários preenchidos e barreiras identificadas (BPC na escola)	Quantidade de questionários aplicados	Semestral	Sistema BPC na Escola

Fonte: Matriz de indicadores – SMA/CMAP

Os **indicadores de resultado** objetivam avaliar os benefícios proporcionados ao público-alvo decorrentes das ações da intervenção, podendo estar diretamente relacionados à redução das causas do problema enfrentado. Por serem efeitos diretos da intervenção, esses indicadores devem ser observáveis, mensuráveis e pertinentes quanto à causalidade esperada (Brasil, 2018b). Para o BPC, os indicadores

de resultados seguiram a mesma lógica dos de produto e foram divididos em **intermediários** e **finais**. Ao todo, foram propostos **12 indicadores**, vinculados a 12 dimensões. Enquanto 8 indicadores foram considerados de **resultados intermediários**, 4 deles dizem respeito aos **resultados finais (Tabela 3 e 4)**.

Tabela 3. Indicadores de resultados intermediários propostos na oficina por componente, dimensão, periodicidade e fonte de dados

Dimensão	Indicador	Periodicidade	Fonte de Dados
Aumento da segurança alimentar	Número de famílias beneficiárias em risco de Insegurança Alimentar Grave (INSAN Grave)	Anual	Cadastro Único
Garantia da Segurança de Renda	Renda familiar per capita de beneficiários, real	Anual	PNADC e/ou Cadastro Único
Ampliação da capacidade de consumo das famílias	Cesta de consumo das famílias beneficiárias	De acordo com a disponibilidade da POF	POF
Melhoria da cobertura do programa	Taxa de cobertura	Anual	PNADC e/ou Cadastro Único
Aumento no acesso a outras políticas públicas necessárias para garantia da segurança de renda	Evolução do número de programas acessado via CadÚnico das famílias BPC cadastradas	Bienal	Cadastro Único
Aumento do acesso e permanência de crianças PcD nas escolas	Matrícula e frequência escolar das pessoas beneficiadas	Anual	Censo escolar + Lista dos beneficiários BPC
Aumento do desempenho escolar da pessoa com deficiência em situação de vulnerabilidade	Evolução das notas em provas padronizadas das pessoas beneficiadas	Anual	Censo escolar + Lista dos beneficiários BPC
Ampliação do acesso e permanência das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho	Participação no mercado de trabalho dos beneficiários do auxílio-inclusão	Anual	RAIS + Lista Auxílio & PNAD

Fonte: Matriz de indicadores – SMA/CMAP

Siglas: PcD: pessoa com deficiência; PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; PNADC: PNAD Contínua; POF: Pesquisa de Orçamentos Familiares; RAIS: Relação Anual de Informações Sociais.

Tabela 4. Indicadores de resultados finais propostos na oficina por componente, dimensão, periodicidade e fonte de dados

Dimensão	Indicador	Periodicidade	Fonte de Dados
Melhoria das condições sociais e de saúde do público beneficiado	Índice de vulnerabilidade social e evolução relativa da razão de risco, mortes evitáveis	Anual	IVS Ipea - Cálculo de expectativa de vida MDS
Inclusão social das PCD e idosos na sociedade	Participação eleitoral dos beneficiários	Bianual	TSE + MDS
Desenvolvimento da autonomia e participação social das PCD e idosos	Proporção de Beneficiários BPC no auxílio inclusão e BPC na escola que saem do BPC	Anual	MDS + MTE
Mais expectativa e qualidade de vida do público e de sua família	Tábua de mortalidade dos Beneficiários do BPC	Anual	IBGE + MDS

Fonte: Matriz de indicadores – SMA/CMAP

Siglas: IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Ipea: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; IVS: Índice de Vulnerabilidade Social; MTE: Ministério do Trabalho e Emprego; TSE: Tribunal Superior Eleitoral.

Por último, os **indicadores de impacto** buscam avaliar os efeitos causais de longo prazo da política pública. Esses impactos podem ser diretos, relacionados aos objetivos e ações do programa ou indiretos, quando ocorrem "transbordamentos" em outros aspectos não específicos ao programa, devido ao bom funcionamento do programa, por meio dos bons resultados alcançados (Brasil, 2018b). Para o BPC, os indicadores de impacto totalizaram **2 indicadores**, relacionados a 2 dimensões (Tabela 5).

Tabela 5. Indicadores de impacto na oficina por componente, dimensão, periodicidade e fonte de dados

Dimensão	Indicador	Periodicidade	Fonte de Dados
Redução da pobreza	Número de pessoas abaixo da linha de pobreza	Trimestral	PNAD / IBGE
Redução da desigualdade social	Índice de Gini	Trimestral	PNAD / IBGE

Fonte: Matriz de indicadores – SMA/CMAP

4. Viabilidade de cálculo dos indicadores propostos no Modelo Lógico

Brasil (2018b) recomenda que a construção do modelo lógico, assim como a definição dos indicadores, deve ser realizada a partir de discussões e pactuações internas entre a equipe de avaliadores e os responsáveis pela política. Em consonância com essa recomendação, a equipe de avaliadores, gestores e técnicos responsáveis pelo BPC realizaram diversas oficinas para a definição do Modelo Lógico e dos indicadores relacionados às principais dimensões.

Após a construção da matriz de indicadores, sua viabilidade de cálculo foi analisada. Para esse fim, elaborou-se uma ficha de documentação dos indicadores, conforme as recomendações de Bahia (2021). O autor indica que a ficha deve conter elementos como a descrição, a fonte das informações, a fórmula de cálculo, a polaridade, a meta, entre outras informações, sendo útil para caracterizar a finalidade, as limitações e a adequabilidade dos indicadores propostos. Além disso, Brasil (2018b) destaca que os indicadores devem ser robustos, trazendo conteúdo adequado para cada um dos estágios da intervenção, possibilitando compreender o andamento da política e o alcance dos objetivos.

Considerando essas recomendações, os indicadores propostos foram analisados quanto à clareza do nome, às fontes de informação e à periodicidade, sendo também elaboradas descrições, regras de cálculo, orientações para interpretação, facilidade de acesso e possibilidades de comparabilidade. No Apêndice I, encontram-se descritos os campos propostos para a ficha documental.

Durante a análise de viabilidade, para todos os indicadores propostos, as informações foram complementadas nos campos previstos na ficha de cadastramento dos indicadores. Além disso, verificaram-se três situações: i) o indicador manteve-se sem alterações; ii) o indicador foi alterado quanto ao formato; e iii) indicadores com sugestão de inclusão ou exclusão pela equipe do Evidência Express. Sobre esses dois últimos grupos, cabe apresentar e discutir as principais alterações e sugestões, a fim de justificar suas incorporações e modificações em relação ao material original.

Dos 21 indicadores originalmente resultantes das oficinas conduzidas pelo CMAP, foi sugerida a exclusão de dois indicadores devido à identificação de duplicidade. Adicionalmente, foram propostos 18 novos indicadores com o objetivo de suprir lacunas identificadas na matriz original, especialmente a ausência de indicadores nos componentes de insumos e processos/atividades, bem como outras lacunas observadas nos diferentes componentes do modelo lógico. Como resultado desse processo de revisão, foi elaborada uma matriz composta por **37 indicadores detalhados**, apresentada no Apêndice II desta publicação. Desse total**, 19 correspondem a indicadores da matriz original que foram reformulados e/ou adaptados**, enquanto **18 são novos indicadores propostos**. Ressalta-se que todos os 19 indicadores mantidos da matriz original passaram por algum tipo de ajuste, sobretudo

para complementar informações ausentes, como **polaridade, fórmula de cálculo e especificações metodológicas**.

As Tabelas 6, 7 e 8 apresentam os 39 indicadores — destacados entre os indicadores elaborados nas oficinas, sugeridos para inclusão e exclusão pela equipe do estudo a partir do impacto das alterações propostas — com as informações comparadas entre as versões recebidas da equipe avaliadora e as alterações sugeridas neste estudo, além das descrições elaboradas para cada indicador, conforme interpretado pelos pesquisadores do EvEx.

4.1 Indicadores com sugestão de inclusão ou exclusão

Além dos 19 indicadores da matriz original que permaneceram após as exclusões e que passaram por ajustes, foram propostos 18 novos indicadores. Desses, 12 estão relacionados aos componentes de insumos e processos/atividades, que não estavam contemplados na matriz original. Adicionalmente, foram sugeridos 6 novos indicadores distribuídos nos demais componentes do modelo lógico, sendo 2 referentes a “Produtos Finais”, 1 a “Resultados Intermediários”, 2 a “Resultados” e 1 a “Impacto”.

Os 18 indicadores cuja inclusão foi sugerida estão apresentados na Tabela 6, a seguir.

Tabela 6. Indicadores com sugestão de inclusão por situação, dimensão, redação do indicador, alterações sugeridas pelo estudo e descrição.

N	Dimensão	Redação do Indicador	Descrição
		Insumos	
1	Unidades de atendimento	Unidades de atendimento por Pessoas com Perfil CadÚnico	Quantidade de entidades da Rede SUAS com atendimentos voltados para o CadÚnico (que é requisito do BPC), incluindo Centro POP, CRAS, CREAS, Postos de Cadastro Único, Centro-Dia e similares); dividida pelo Nº de Pessoas com Perfil CadÚnico, representada pela soma das pessoas inscritas e elegíveis ao cadastro
2	Recursos financeiros	Recursos financeiros do INSS por beneficiário	Valor total dos recursos financeiros executados pelo INSS para gestão do BPC dividido pelo Nº de beneficiários do BPC.
3	Recursos financeiros	Recursos financeiros destinados ao BPC na Escola e ao Auxílio-Inclusão por beneficiário	Valor total dos recursos financeiros executados para o BPC na Escola e o Auxílio-Inclusão dividido pelo Nº de beneficiários do BPC na Escola e do Auxílio-Inclusão
4	Recursos financeiros	Recursos financeiros da Rede SUAS por pessoa com Perfil CadÚnico	Valor total dos recursos financeiros transferidos à Rede SUAS dividido pelo Nº de pessoas com Perfil CadÚnico, representada pela soma das pessoas inscritas e elegíveis ao cadastro (para medir a captação de recursos real, já que a fila não será apenas de atendimentos do BPC nem de já cadastrados).

(continua)

N	Dimensão	Redação do Indicador	Descrição
5	Recursos Humanos	Recursos humanos do INSS por agência	Nº de Médicos Peritos do INSS e Assistentes Sociais que realizam a avaliação médica e social dividido pelo Nº total de agências do INSS
6	Recursos Humanos	Recursos humanos do DBA-MDS por beneficiário	Nº de servidores do Departamento de Benefícios Assistenciais (DBA) dividido pelo Nº total de beneficiários do BPC
Processos - Atividades			
7	Qualidade da gestão cadastral	Proporção das famílias beneficiárias do BPC com cadastro atualizado nos últimos 24 meses	Nº de famílias beneficiárias do BPC inscritas no Cadastro Único com cadastro atualizado nos últimos 24 meses dividido pelo total de famílias inscritas no Cadastro Único
8	Comunicação institucional	Nº de ações de comunicação e divulgação do BPC	Quantidade de ações de comunicação e divulgação do BPC (campanhas, materiais, eventos)
13	Eficiência operacional do processo de concessão	Tempo médio para realização da avaliação social	Tempo médio, em dias, entre o agendamento e a realização da avaliação social do requerente do BPC.
14	Eficiência operacional do processo de concessão	Tempo médio para realização da avaliação médica	Tempo médio, em dias, entre o agendamento e a realização da perícia médica do requerente do BPC
15	Eficiência operacional do processo de concessão	Tempo médio entre a entrada do requerimento e a decisão final sobre a concessão do BPC	Este indicador mede o tempo médio decorrido entre a entrada do requerimento do benefício e a data da decisão final de deferimento ou indeferimento. No cálculo desse indicador, são descartados os casos de concessão decorrente de decisão judicial, concessão por recurso e benefícios oriundos de acordos internacionais, que tem fluxos de análise e tempos diferentes.
16	Eficiência operacional do processo de concessão	Taxa de Conclusão de Processos do BPC	Percentual que relaciona o volume total de decisões proferidas (concessões somadas aos indeferimentos) em relação ao volume de novos requerimentos protocolados no mesmo período. Mede a capacidade operacional de dar vazão à demanda.
Produtos Finais			
18	Concessão e operacionalização	Taxa de Concessão de Benefícios	Número total de benefícios concedidos em determinado período divididos pelo total de requerimentos
20	Inclusão educacional	Proporção de beneficiários do BPC-PcD frequentando a escola	Percentual de beneficiários do BPC-PcD menores de 18 anos que estão frequentando a escola.

(continua)

N	Dimensão	Redação do Indicador	Descrição
Resultados Intermediários			
24	Segurança de renda	Variação Real da Renda Domiciliar Per Capita após Concessão do BPC	Percentual de variação real (corrigida pela inflação) da renda domiciliar per capita das famílias beneficiárias antes e após a concessão do BPC, medindo o impacto monetário do benefício em termos de poder de compra.
Resultados			
32	Condições de saúde e acesso a serviços de saúde	Razão de Risco de Mortes por Condições Sensíveis à Atenção Primária entre Beneficiários do BPC	Razão entre a taxa de mortalidade por condições sensíveis à atenção primária entre beneficiários do BPC e a taxa correspondente na população geral.
35	Autonomia econômica e superação da condição de elegibilidade	Taxa de Desligamento do BPC na Escola por Elevação da Renda	Proporção de beneficiários do BPC na Escola que tiveram o BPC cessado em razão da elevação da renda familiar acima do critério de elegibilidade.
Impactos			
37	Sobrevivência e redução da vulnerabilidade extrema	Razão de Mortalidade Padronizada dos beneficiários do BPC-PcD em relação à população geral da mesma faixa etária	Razão entre a taxa de mortalidade dos beneficiários do BPC-PcD e a taxa de mortalidade da população geral na mesma faixa etária, território e período, permitindo avaliar a desigualdade relativa de sobrevida das PcDs em situação de vulnerabilidade.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Matriz de Indicadores da Avaliação CMAP.
Siglas: CRAS: Centro de Referência de Assistência Social; CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social; Centro POP: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua; DBA-MDS: Departamento de Benefícios Assistenciais do MDS.

Durante o processo de análise, verificou-se a semelhança entre os indicadores "*Evolução do número de programas acessado via CadÚnico das famílias BPC cadastradas*" e "*Proporção de beneficiários do BPC atendidos por outros programas sociais ao longo dos anos*" do componente resultados intermediários. Dada essa sobreposição e visando evitar redundância e priorizar o monitoramento, sugeriu-se a exclusão do indicador de processo "*Evolução do número de programas acessado via CadÚnico das famílias BPC cadastradas*".

Além disso, outro indicador percebido como duplicado foi o de "*Matrícula e frequência escolar das pessoas beneficiadas*" do componente resultados intermediários e "*Proporção de beneficiários do BPC-PcD frequentando a escola*", do componente Produtos Finais. Priorizamos a manutenção do indicador previsto no componente de resultados. Os dois indicadores excluídos por duplicidade estão descritos na tabela 7.

Tabela 7. Indicadores com sugestão de exclusão por situação, dimensão, redação do indicador, alterações sugeridas pelo estudo e descrição.

N	Dimensão	Situação	Redação do Indicador	Alterações sugeridas
22	Aumento no acesso a outras políticas públicas necessárias para garantia da segurança de renda	Anterior	Evolução do número de programas acessado via CadÚnico das famílias BPC cadastradas	Exclusão por duplicidade. Ver indicador 21
27	Aumento do acesso e permanência de crianças PCD nas escolas	Anterior	Matrícula e frequência escolar das pessoas beneficiadas	Exclusão por duplicidade. Ver indicador 20

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Matriz de Indicadores da Avaliação CMAP.

A Tabela 8, apresentada a seguir, reúne os indicadores para os quais foram sugeridas alterações que afetam seu foco analítico ou a forma de cálculo, seja em razão de limitações ou características das fontes de dados disponíveis, seja para garantir maior alinhamento com o objetivo de mensuração pretendido. Os 19 indicadores remanescentes da matriz original, que não foram excluídos nem substituídos, passaram por algum tipo de ajuste ao longo do processo de revisão, incluindo tanto modificações na definição ou no cálculo quanto a complementação de informações metodológicas anteriormente ausentes.

Um exemplo das alterações realizadas foi a introdução de um denominador na fórmula de cálculo dos indicadores, com o objetivo de torná-los minimamente comparáveis ao longo do tempo e entre diferentes unidades territoriais. O indicador originalmente denominado **"Número de benefícios com indícios de irregularidades identificados"**, por exemplo, tende a refletir diretamente o volume total de benefícios analisados em determinado período, o que pode comprometer sua interpretação. Para reduzir o efeito dessas variações, o indicador foi reformulado para **"Proporção de benefícios com indícios de irregularidade do BPC"**, passando a ser calculado pela razão entre o número de benefícios com indícios de irregularidades identificados e o total de benefícios analisados.

Tabela 8. Indicadores com sugestão de alteração de formato por situação, dimensão, redação do indicador, alterações sugeridas pelo estudo e descrição.

N	Dimensão	Situação	Redação do Indicador	Alterações sugeridas	Descrição
Produtos Intermediários					
9	Acesso e demanda pelo benefício	Anterior	Número de Benefícios Requeridos por mês e por município	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Quantidade total de requerimentos de novos benefícios protocolados no Sistema Integrado de Benefícios (Sibe) dividido pela estimativa total da população elegível.
		Sugerida	Taxa de Requerimentos		
10	Conformidade administrativa	Anterior	Número de benefícios com indícios de irregularidades identificados	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Proporção de benefícios em que foram identificados indícios de irregularidade no âmbito das atividades de controle, revisão e fiscalização do BPC, em relação ao total de benefícios analisados no mesmo período. O denominador reduz o efeito de variações no volume de benefícios analisados.
		Sugerida	Proporção de benefícios com indícios de irregularidade do BPC		
11	Adesão institucional	Anterior	Percentual de adesões ao Programa	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Total de municípios que aderiram ao Programa BPC na Escola, que tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência (de 0 a 18 anos) que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), em relação ao total de municípios do país.
		Sugerida	Taxa de adesão municipal ao BPC na Escola		
12	Monitoramento e acompanhamento	Anterior	Quantidade de questionários aplicados	Alterações: mudança de componente do modelo lógico; reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Questionários aplicados em relação ao total de beneficiários do BPC-PcD menores de 18 anos, no âmbito do programa BPC na Escola.
		Sugerida	Total de questionários aplicados pelo total de beneficiários do BPC-PcD menores de 18 anos		
Produtos Finais					
17	Concessão e operacionalização	Anterior	Total de BPCs concedidos	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Número total de benefícios concedidos em determinado período de tempo
		Sugerida	Total de benefícios do BPC concedidos no período		

(continua)

N	Dimensão	Situação	Redação do Indicador	Alterações sugeridas	Descrição
19	Manutenção e regularidade do benefício	Anterior	Total de benefícios suspensos ou cessados e o total de benefícios ativos	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Benefícios interrompidos (suspensos ou cessados) de acordo com os processos de revisão e rotinas de inconformidades divididos pelo total de benefícios ativos.
		Sugerida	Total de benefícios interrompidos (suspensos ou cessados) pelo total de benefícios ativos		
Resultados Intermediários					
21	Articulação e integração com outras políticas sociais	Anterior	Quantidade de beneficiários em outros programas sociais	Alterações: mudança de componente do modelo lógico; reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Quantidade de beneficiários do BPC que também são atendidos por outros programas sociais (Ex.: Bolsa-Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Auxílio Gás, etc.) em relação ao total de beneficiários do BPC
		Sugerida	Proporção de beneficiários do BPC atendidos por outros programas sociais ao longo dos anos		
23	Segurança de renda	Anterior	Renda familiar per capita de beneficiários, real	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Valor médio da renda familiar per capita das famílias beneficiárias do BPC.
		Sugerida	Renda familiar per capita média dos beneficiários do BPC		
25	Segurança alimentar e bem-estar	Anterior	Cesta de consumo das famílias beneficiárias	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Percentual da despesa total de consumo das famílias beneficiárias do BPC destinado à alimentação no domicílio e fora do domicílio.
		Sugerida	Proporção do gasto com alimentação das famílias beneficiárias do BPC		
26	Cobertura e acesso ao benefício	Anterior	Taxa de cobertura	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Percentual de pessoas elegíveis ao BPC que estão efetivamente recebendo o benefício.
		Sugerida	Taxa de Cobertura do BPC		
28	Inclusão e desenvolvimento educacional	Anterior	Evolução das notas em provas padronizadas das pessoas beneficiadas	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Razão entre a média de notas padronizadas em Língua Portuguesa e Matemática no SAEB dos estudantes beneficiários do BPC-PcD e a média de estudantes com perfil socioeconômico e demográfico semelhante não beneficiários.
		Sugerida	Proficiência Média de Beneficiários BPC-PcD em Relação a Grupo Similar Não Beneficiário		
29	Inclusão produtiva e transição para o trabalho	Anterior	Participação no mercado de trabalho dos beneficiários do auxílio inclusão	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Percentual de beneficiários do BPC-PcD que passam a receber o Auxílio-Inclusão em determinado período.
		Sugerida	Taxa de Conversão do BPC-PcD em Auxílio-Inclusão		

(continua)

N	Dimensão	Situação	Redação do Indicador	Alterações sugeridas	Descrição
Resultados					
30	Segurança alimentar e bem-estar	Anterior	Número de famílias beneficiárias em risco de Insegurança Alimentar Grave (INSAN Grave)	Alterações: mudança de componente do modelo lógico; reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Proporção de famílias beneficiárias do BPC classificadas em risco de Insegurança Alimentar Grave segundo o CadInsan. O Indicador de Risco de Insegurança Alimentar Grave estima o risco de insegurança alimentar grave entre as famílias inscritas CadÚnico. Seu propósito é monitorar a magnitude e a incidência desse risco em nível municipal. A partir do Cadastro podemos identificar famílias beneficiárias do BPC.
		Sugerida	Proporção de famílias beneficiárias em risco de Insegurança Alimentar Grave (INSAN Grave)		
31	Redução da vulnerabilidade social	Anterior	Índice de vulnerabilidade social e evolução relativa da razão de risco, mortes evitáveis	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) adaptado para os beneficiários do BPC. O Índice original do Ipea leva em conta dimensões de infraestrutura urbana, renda e trabalho, e capital humano, que podem ser trazidos do Cadastro Único.
		Sugerida	Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos Beneficiários do BPC		
33	Participação cívica e exercício de cidadania	Anterior	Participação eleitoral dos beneficiários	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Proporção entre os beneficiários maiores de 16 anos e com título de eleitor ativo que compareceu às eleições.
		Sugerida	Proporção de beneficiários do BPC que comparecem às eleições		
34	Autonomia econômica e superação da condição de elegibilidade	Anterior	Proporção de Beneficiários BPC no auxílio inclusão e BPC na escola que saem do BPC.	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Proporção de beneficiários do Auxílio-Inclusão que tiveram o benefício cessado em razão da elevação da renda familiar acima do critério de elegibilidade.
		Sugerida	Taxa de Desligamento do Auxílio-Inclusão por Elevação da Renda		
Impactos					
36	Sobrevivência e redução da vulnerabilidade extrema	Anterior	Tábua de mortalidade dos Beneficiários do BPC	Alterações: mudança de componente do modelo lógico; reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Razão entre a taxa de mortalidade dos beneficiários do BPC-Idoso e a taxa de mortalidade da população idosa geral na mesma faixa etária, território e período, permitindo mensurar a desigualdade relativa de sobrevida entre idosos vulneráveis e a população idosa em geral.
		Sugerida	Razão de Mortalidade Padronizada dos Beneficiários do BPC-Idoso em Relação à População Idosa Geral		

(continua)

N	Dimensão	Situação	Redação do Indicador	Alterações sugeridas	Descrição
38	Redução da pobreza multidimensional	Anterior	Número de pessoas abaixo da linha de pobreza	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Índice sintético que mede a incidência e intensidade de privações multidimensionais entre as famílias beneficiárias do BPC, com base nas dimensões de educação, habitação e infraestrutura básica (dimensões usadas pelo IPM-POF), conforme informações do Cadastro Único.
		Sugerida	Índice de Pobreza Multidimensional dos Beneficiários do BPC (IPM-BPC)		
39	Redução da desigualdade de renda	Anterior	Índice de Gini	Alterações: reformulação do indicador para garantir maior precisão conceitual e consistência metodológica; e inclusão das informações faltantes.	Diferença entre o Índice de Gini da renda domiciliar per capita calculado com a inclusão do valor do BPC e o Índice de Gini recalculado após a exclusão do valor do BPC da renda domiciliar. O indicador estima o efeito redistributivo direto do BPC sobre a desigualdade de renda no Brasil.
		Sugerida	Contribuição do BPC para a Redução do Índice de Gini		

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Matriz de Indicadores da Avaliação CMAP.
Siglas: SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica.

5. Considerações Finais

O monitoramento é essencial para a implementação, execução e avaliação das políticas públicas, constituindo um processo contínuo que deve ser conduzido pelos gestores da política. Um monitoramento adequado, sustentado por indicadores sólidos, possibilita identificar se as ações estão sendo executadas conforme o planejado, além de revelar eventuais problemas ou falhas nos processos e objetivos da política. Ademais, os indicadores desempenham um papel fundamental na geração de evidências para apoiar a tomada de decisão, o controle gerencial e a transparência perante a sociedade (Brasil, 2018b).

Considerando a importância da construção de um sistema de monitoramento, propôs-se, no presente estudo, uma ficha de documentação dos indicadores, com o objetivo de construir elementos que viabilizem a implementação de um sistema de monitoramento alinhado aos objetivos estratégicos da política pública. Para esse fim, refletiu-se sobre a pertinência e a viabilidade dos indicadores propostos, a partir da análise e da construção de diversas informações essenciais para sua caracterização, tais como definição, fórmula de cálculo, fonte de dados, periodicidade, metas, responsáveis, polaridade, série histórica, segmentações possíveis, entre outros aspectos.

A ficha de documentação dos indicadores (adaptada de Bahia, 2021) busca contribuir para ampliar a transparência metodológica e apoiar o uso dessas métricas por técnicos, gestores e avaliadores. Além disso, essa estrutura pode favorecer a continuidade do monitoramento ao longo do tempo e a reprodutibilidade das análises. Dessa forma, o relatório organiza um conjunto de indicadores vinculados ao modelo lógico do BPC e oferece uma base técnica para o monitoramento da política. A sistematização dos indicadores realizada neste trabalho foi realizada com base na retomada daqueles construídos nas oficinas colaborativas e teve como foco organizar, complementar e detalhar tecnicamente as propostas elaboradas de forma conjunta entre a equipe gestora e avaliadora.

Em relação às limitações, destaca-se que a versão final da Matriz de Indicadores do BPC foi construída em atividades assíncronas às oficinas de elaboração do Modelo Lógico, o que dificultou o acompanhamento do processo de priorização e definição dos indicadores propostos. Além disso, alguns dos indicadores dependem de fontes de dados internas, ou seja, com acesso limitado, o que restringiu a compreensão das características dos dados disponíveis, seu nível de agregação, período de coleta e demais informações obtidas ao longo da execução da política, restringindo a complementação das informações disponibilizadas na tabela descritiva dos indicadores. Destaca-se que somente 7 dos 37 indicadores são encontrados em bases de dados abertas e/ou disponíveis, provenientes de fontes como o CadÚnico, a PNAD (IBGE) e o MDS.

Quanto à disponibilidade, 5 indicadores foram considerados disponíveis, ou seja, com fonte conhecida e facilmente acessada, mesmo que somente para consumo interno dos órgãos. Os dados para coleta e sistematização de outros 16 indicadores foram considerados parcialmente disponíveis — o que requer atenção no momento de sua implementação no sistema de monitoramento. Embora alguns desses dados sejam de fácil acesso, será necessário extrair, organizar e padronizá-los, bem como garantir que apresentem o mesmo nível de agregação requerido para cada indicador.

Por fim, há um terceiro tipo de fonte de informação, relacionado a 16 indicadores, cujo acesso é limitado. Trata-se de informações conhecidas e utilizadas, mas que dependem de acesso institucional e/ou da aplicação de metodologias específicas para seu cálculo, por se constituírem em estimativas para determinados anos. No caso do BPC, esses indicadores referem-se, por exemplo, às estimativas do tamanho da população elegível ao programa para o cálculo dos indicadores 9 e 26. Em outras ocasiões, o cruzamento de dados é de maior dificuldade pela necessidade de diálogo intersetorial, como nos indicadores 20 e 28, de frequência e proficiência escolar média, que são dependentes das informações coletadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Em relação às fórmulas e interpretações propostas, essas foram elaboradas com base nos documentos públicos disponíveis e em referências presentes na literatura, sem acesso direto às bases de dados originais ou a documentações técnicas restritas. Por isso, as sugestões metodológicas apresentadas devem ser consideradas preliminares e dependem de validação posterior pelas áreas técnicas responsáveis pela extração e tratamento dos dados. Ressalta-se que a análise isolada dos indicadores, sem o devido entendimento dos fluxos operacionais e das particularidades dos sistemas envolvidos, pode levar a interpretações incorretas ou diagnósticos imprecisos.

Considerando o caráter exploratório e a tempestividade na execução do estudo, recomenda-se cautela na leitura e interpretação dos resultados. As análises não contemplaram uma investigação aprofundada das especificidades das bases de dados utilizadas, sendo as sugestões metodológicas fundamentadas nos dicionários de dados, metadados e documentos de disseminação disponíveis. Além disso, o conjunto de indicadores proposto não pretende ser exaustivo. Novos estudos poderão complementar esta proposta, incorporando dimensões adicionais ou outros indicadores que favoreçam uma compreensão mais abrangente dos fenômenos em análise, incluindo aqueles apontados pela literatura especializada ou por outras fontes relevantes.

Referências Bibliográficas

BAHIA, L. O. *Guia referencial para construção e análise de indicadores*. Brasília: Enap, 2021. 43 p. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6154>. Acesso em: 20 mar. 2025. Citado 3 vezes nas páginas 4, 8 e 13.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 10 mar. 2026. Citado na página 5.

BRASIL. *Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007*. Regulamenta o Benefício de Prestação Continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm>. Acesso em: 10 mar. 2026. Citado na página 5.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *De olho na cidadania n.º 1*: focalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Brasília: MDS, 2017. 53 p. Citado 2 vezes nas páginas 5 e 6.

BRASIL. *Avaliação de políticas públicas*: guia prático de análise *ex ante*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2018a. v. 1. 192 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8285>. Citado 2 vezes nas páginas 8 e 9.

BRASIL. *Avaliação de políticas públicas*: guia prático de análise *ex post*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2018b. v. 2. 301 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8853>. Citado 5 vezes nas páginas 8, 10, 12, 13 e 22.

BRASIL. **Decreto nº 12.534, de 25 de junho de 2025.** Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, disposto no Anexo ao Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e o Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, que regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jun. 2025a. Citado 2 vezes nas páginas 5 e 6.

Apêndices

Tabela A. Descrição dos elementos da ficha catalográfica proposta

Elemento da Ficha Documental	Detalhamento
Componente do Modelo Lógico	Campo utilizado para classificação do indicador em relação a sua alocação nos componentes do modelo lógico da política
Dimensão	Campo utilizado para indicar a dimensão ou fenômeno que o indicador busca mensurar. Relaciona-se ao componente do modelo lógico da política
Indicador original e nome modificado	Redação dada ao indicador e modificação proposta pela equipe
Alterações Sugeridas	Campo utilizado para mapear as alterações sugeridas pela Equipe do Evidência Express na investigação sobre a viabilidade de mensuração do indicador a partir do material elaborado pelas equipes avaliadora e gestora do programa nas oficinas de definição do modelo lógico da política
Descrição	Campo utilizado para descrever o objetivo do indicador e eventuais pontos de atenção a serem considerados em sua interpretação
Fonte de Dados	Campo utilizado para indicar a fonte ou origem de dados sugerida para requisição ou coleta de dados para o cálculo do indicador
Apuração	Campo utilizado para descrever a frequência sugerida de apuração do indicador
Polaridade	Campo utilizado para indicar o sentido esperado da variação do indicador. Dividido em: “quanto maior, melhor”, “quanto maior, pior” e não se aplica (utilizado quando o indicador não possui uma polaridade definida)
Fórmula de Cálculo	Campo utilizado para descrever a forma de cálculo sugerida do indicador
Interpretação do Indicador	Campo utilizado para orientar a interpretação do resultado calculado do indicador
Acesso aos Dados	Campo utilizado para apontar a facilidade de acesso aos dados necessários à verificação do indicador. Divide-se em: “Disponível” - quando os dados de medição são públicos ou de fácil acesso interno; “Parcialmente Disponível” - quando os dados são originados de sistemas ou processos internos da organização gestora da política e “Limitada/Restrita” – quando há barreiras ou restrições de acesso aos dados para mensuração (ex: sistemas externos de acesso controlado ou necessidade de certificação ou habilitação para realizar esse acesso).

(continua)

Elemento da Ficha Documental	Detalhamento
Comparabilidade	Campo utilizado para registrar sugestões de segmentações, recortes e comparações para o acompanhamento do indicador, decomposição de seu resultado ou realização de comparações de interesse

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Bahia (2021).

Tabela B. Lista de indicadores propostos por componente do modelo lógico, dimensão, ID, indicador original, nome modificado

Dimensão	ID	Indicador Original	Nome Modificado	Alterações Sugeridas
Insumos				
Unidades de atendimento	1	-	Unidades de atendimento por Pessoas com Perfil CadÚnico	**Novo indicador:** Visando mensurar as unidades de atendimento em relação às pessoas com Perfil CadÚnico.
Recursos financeiros	2	-	Recursos financeiros do INSS por beneficiário	**Novo indicador:** Visando mensurar o montante investido em relação à quantidade de beneficiários BPC.
	3	-	Recursos financeiros destinados ao BPC na Escola e ao Auxílio-Inclusão por beneficiário	**Novo indicador**: Visando mensurar o montante investido em relação à quantidade de beneficiários BPC na Escola e Auxílio-Inclusão.
	4	-	Recursos financeiros da Rede SUAS por pessoa com Perfil CadÚnico	**Novo indicador:** Visando mensurar o montante investido na Rede SUAS em relação às pessoas com Perfil CadÚnico.
Recursos Humanos	5	-	Recursos humanos do INSS por agência	**Novo indicador:** Visando mensurar a quantidade de profissionais no INSS em relação a unidades do INSS.
	6	-	Recursos humanos do DBA-MDS por beneficiário	**Novo indicador:** Visando mensurar a quantidade de profissionais no DBA-MDS em relação a beneficiários BPC.
Processos/Atividades				
Qualidade da gestão cadastral	7	-	Proporção das pessoas beneficiárias do BPC com cadastro atualizado nos últimos 24 meses	**Novo indicador:** Visando mensurar o percentual de beneficiários BPC com cadastro atualizado recentemente.
Comunicação institucional	8	-	Nº de ações de comunicação e divulgação do BPC	**Novo indicador:** Visando mensurar o quantitativo de ações de comunicação e divulgação do BPC.

(continua)

Dimensão	ID	Indicador Original	Nome Modificado	Alterações Sugeridas
Eficiência operacional do processo de concessão	13	-	Tempo médio para realização da avaliação social	**Novo indicador:** Visando mensurar a média em dias do tempo para realizar a avaliação social da qual depende a concessão do BPC.
	14	-	Tempo médio para realização da avaliação médica	**Novo indicador:** Visando mensurar a média em dias do tempo para realizar a avaliação médica da qual depende a concessão do BPC-PcD.
	15	-	Tempo médio entre a entrada do requerimento e a decisão final sobre a concessão do BPC	**Novo indicador:** Visando mensurar a média em dias do tempo entre o requerimento do BPC e a decisão final sobre sua concessão.
	16	-	Taxa de Conclusão de Processos do BPC	**Novo indicador:** Visando mensurar a quantidade de decisões proferidas (concessões + indeferimentos) em relação ao volume de novos requerimentos protocolados no período.
Produtos Intermediários				
Acesso e demanda pelo benefício	9	Número de Benefícios Requeridos por mês e por município	Taxa de Requerimentos	Mudança de número bruto para taxa
Conformidade administrativa	10	Número de benefícios com indícios de irregularidades identificados	Proporção de benefícios com indícios de irregularidade do BPC	Mudança de número bruto para proporção em relação a um total
Adesão institucional	11	Percentual de adesões ao Programa	Taxa de adesão municipal ao BPC na Escola	Mudança de adesão geral para adesão ao BPC na Escola
Monitoramento e acompanhamento	12	Quantidade de questionários aplicados	Total de questionários aplicados pelo total de beneficiários do BPC-PcD menores de 18 anos	Mudança de número bruto para proporção em relação a um total
Produtos Finais				
Concessão e operacionalização	17	Total de BPCs concedidos	Total de benefícios do BPC concedidos no período	Incremento de informações
	18	-	Taxa de Concessão de Benefícios	**Novo indicador:** Visando mensurar a quantidade de benefícios concedidos em relação ao total requerido
Manutenção e regularidade do benefício	19	Total de benefícios suspensos ou cessados e o total de benefícios ativos	Total de benefícios interrompidos (suspensos ou cessados) pelo total de benefícios ativos	Mudança para desdobrar o que seriam dois indicadores em apenas um

(continua)

Dimensão	ID	Indicador Original	Nome Modificado	Alterações Sugeridas
Inclusão educacional	20	-	Proporção de beneficiários do BPC-PcD frequentando a escola	**Novo indicador:** Visando mensurar a quantidade de beneficiários do BPC-PcD menores de idade que frequentam a escola em relação ao total de beneficiários do BPC-PcD menores de idade
Resultados Intermediários				
Articulação e integração com outras políticas sociais	21	Quantidade de beneficiários em outros programas sociais	Proporção de beneficiários do BPC atendidos por outros programas sociais ao longo dos anos	Mudança de número bruto para proporção em relação ao total
Aumento no acesso a outras políticas públicas necessárias para garantia da segurança de renda	22	Evolução do número de programas acessado via CadÚnico das famílias BPC cadastradas	-	**Exclusão** por duplicidade. Ver indicador 21
Segurança de renda	23	Renda familiar per capita de beneficiários, real	Renda familiar per capita média dos beneficiários do BPC	Incremento de informações ausentes na ficha original
	24	-	Variação Real da Renda Domiciliar Per Capita após Concessão do BPC	**Novo indicador:** Visando mensurar a variação real da renda familiar dos beneficiários BPC.
Segurança alimentar e bem-estar	25	Cesta de consumo das famílias beneficiárias	Proporção do gasto com alimentação das famílias beneficiárias do BPC	Mudança de indicador vago para proporção específica
Cobertura e acesso ao benefício	26	Taxa de cobertura	Taxa de Cobertura do BPC	Incremento de informações ausentes na ficha original
Aumento do acesso e permanência de crianças PcD nas escolas	27	Matrícula e frequência escolar das pessoas beneficiadas	-	**Exclusão** por duplicidade. Ver indicador 20
Inclusão e desenvolvimento educacional	28	Evolução das notas em provas padronizadas das pessoas beneficiadas	Proficiência Escolar Média de Beneficiários BPC-PcD em Relação a Grupo Similar Não Beneficiário	Mudança de indicador para possibilitar uma comparação com grupo similar
Inclusão produtiva e transição para o trabalho	29	Participação no mercado de trabalho dos beneficiários do auxílio- inclusão	Taxa de Conversão do BPC-PcD em Auxílio-Inclusão	Mudança de indicador para maior compatibilidade com o desenho do programa, dado que o Auxílio-Inclusão já depende da participação no mercado de trabalho
Resultados				
Segurança alimentar e bem-estar	30	Número de famílias beneficiárias em risco de Insegurança Alimentar Grave (INSAN Grave)	Proporção de famílias beneficiárias em risco de Insegurança Alimentar Grave (INSAN Grave)	Mudança de número bruto para proporção em relação a um total

(continua)

Dimensão	ID	Indicador Original	Nome Modificado	Alterações Sugeridas
Redução da vulnerabilidade social	31	Índice de vulnerabilidade social e evolução relativa da razão de risco, mortes evitáveis	Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos Beneficiários do BPC	Mudança para especificar a informação em relação ao grupo beneficiário
Condições de saúde e acesso a serviços de saúde	32	-	Razão de Risco de Mortes por Condições Sensíveis à Atenção Primária entre Beneficiários do BPC	**Novo indicador:** Visando mensurar o risco de morte de beneficiários por condições ligadas à atenção primária em relação à população geral.
Participação cívica e exercício de cidadania	33	Participação eleitoral dos beneficiários	Proporção de beneficiários do BPC que comparecem às eleições	Mudança para especificar melhor o formato do indicador
Autonomia econômica e superação da condição de elegibilidade	34	Proporção de Beneficiários BPC no auxílio-inclusão e BPC na escola que saem do BPC	Taxa de Desligamento do Auxílio-Inclusão por Elevação da Renda	Mudança para desdobrar o que seriam dois indicadores em apenas um
	35	-	Taxa de Desligamento do BPC na Escola por Elevação da Renda	**Novo indicador:** Proveniente do desdobramento do indicador anterior
Impactos				
Sobrevivência e redução da vulnerabilidade extrema	36	Tábua de mortalidade dos Beneficiários do BPC	Razão de Mortalidade Padronizada dos Beneficiários do BPC-Idoso em Relação à População Idosa Geral	Mudança para especificar melhor o formato do indicador e torná-lo comparável com uma população similar
Sobrevivência e redução da vulnerabilidade extrema	37	-	Razão de Mortalidade Padronizada dos Beneficiários do BPC-PcD em Relação à População Geral da Mesma Faixa Etária	**Novo indicador:** Proveniente do desdobramento do indicador anterior
Redução da pobreza multidimensional	38	Número de pessoas abaixo da linha de pobreza	Índice de Pobreza Multidimensional dos Beneficiários do BPC (IPM-BPC)	Mudança de número bruto para taxa mais comparável
Redução da desigualdade de renda	39	Índice de Gini	Contribuição do BPC para a Redução do Índice de Gini	Mudança de índice agregado para a diferença que o BPC faz no índice

Fonte: elaboração própria com base nas discussões documentadas de oficinas, materiais compartilhados, metadados e dicionários de dados das bases de dados listadas.

Tabela C. Indicadores propostos por fontes de dados, periodicidade de apuração, polaridade, fórmula de cálculo, comentários para a interpretação do indicador e critérios de comparabilidade oferecidos pelas fontes.

ID	Nome Modificado	Descrição	Fonte de Dados	Apuração	Polaridade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Acesso aos Dados	Disponibilidade dos dados	Comparabilidade
INSUMOS										
1	Unidades de atendimento por Pessoas com perfil CadÚnico	Quantidade de unidades da Rede SUAS com atendimentos voltados para CadÚnico, incluindo Centro POP, CRAS, CREAS, Postos de Cadastro Único, Centro-Dia e similares; dividida pelo Nº de Pessoas com Perfil CadÚnico, representada pela soma das pessoas inscritas e elegíveis ao cadastro	MDS/ Censo Suas	Anual	Quanto maior, melhor	Nº de unidades da Rede SUAS com atendimentos voltados para o CadÚnico ÷ Nº de pessoas com Perfil CadÚnico	Valores maiores indicam maior capilaridade da Rede SUAS em relação à população potencial usuária do BPC. Mede a capacidade de atendimento real das unidades da Rede SUAS, já que o atendimento não é exclusivo aos beneficiários e potenciais beneficiários do BPC.	Disponível	Dados abertos/ disponíveis	Por território (UF/município), tipo de unidade e ano
2	Recursos financeiros do INSS por beneficiário	Valor total dos recursos financeiros executados pelo INSS para pagamento de benefícios do BPC dividido pelo Nº de beneficiários do BPC.	INSS/ MDS	Anual	Quanto maior, melhor	Recursos financeiros executados pelo INSS para pagamento do BPC ÷ Nº de beneficiários do BPC	Valores maiores indicam maior capacidade financeira média do INSS para administrar o BPC por beneficiário ativo. A finalidade é a de medir quanto o programa custa em relação à quantidade de pessoas que ele contempla, para além do valor do benefício em si.	Limitada	Não especificada	Por ano
3	Recursos financeiros destinados ao BPC na Escola e ao Auxílio-Inclusão por beneficiário	Valor total dos recursos financeiros executados para o BPC na Escola e o Auxílio-Inclusão dividido pelo Nº de beneficiários do BPC na Escola e do Auxílio-Inclusão	INSS/ MDS	Anual	Quanto maior, melhor	Recursos executados no BPC na Escola e Auxílio-Inclusão ÷ Nº de beneficiários desses programas	Valores maiores indicam maior investimento em ações complementares ao BPC por beneficiário.	Limitada	Não especificada	Por ano
4	Recursos financeiros da Rede SUAS por pessoa com Perfil CadÚnico	Valor total dos recursos financeiros transferidos à Rede SUAS dividido pelo Nº de pessoas com Perfil CadÚnico, representada pela soma das pessoas inscritas e elegíveis ao cadastro	MDS	Anual	Quanto maior, melhor	Recursos financeiros transferidos à Rede SUAS ÷ Nº de pessoas com Perfil CadÚnico	Valores maiores indicam maior intensidade do financiamento da assistência social em relação à população com perfil Cadastro Único (para medir a captação de recursos real, já que a fila não será apenas de atendimentos do BPC nem de já cadastrados).	Parcialmente disponível	Dados abertos/ disponíveis	Por ano
5	Recursos humanos do INSS por agência	Nº de Médicos Peritos do INSS e Assistentes Sociais que realizam a avaliação social dividido pelo Nº total de agências do INSS	INSS	Anual	Quanto maior, melhor	Nº de médicos peritos e assistentes sociais do INSS ÷ Nº de agências do INSS	Valores maiores indicam maior capacidade operacional do INSS para avaliação e manutenção dos benefícios do BPC.	Parcialmente disponível	Dados abertos/ disponíveis	Por território (UF/município) e ano
6	Recursos humanos do DBA-MDS por beneficiário	Nº de servidores do Departamento de Benefícios Assistenciais (DBA) dividido pelo Nº total de beneficiários do BPC	MDS	Anual	Quanto maior, melhor	Nº de servidores do DBA/ MDS ÷ Nº de beneficiários do BPC	Valores maiores indicam maior capacidade institucional do MDS para a gestão estratégica do BPC.	Limitada	Não especificada	Por ano

(continua)

ID	Nome Modificado	Descrição	Fonte de Dados	Apuração	Polaridade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Acesso aos Dados	Disponibilidade dos dados	Comparabilidade
					PROCESSOS/ATIVIDADES					
7	Proporção de atualização cadastral das famílias beneficiárias do BPC	Nº de famílias beneficiárias do BPC inscritas no Cadastro Único com cadastro atualizado nos últimos 24 meses dividido pelo total de famílias inscritas no Cadastro Único	MDS/ CadÚnico	Anual	Quanto maior, melhor	Nº de famílias beneficiárias do BPC com Cadastro Único atualizado ÷ Nº de famílias beneficiárias do BPC inscritas no Cadastro Único	Valores maiores indicam maior capacidade do sistema em monitorar e manter atualizadas as condições de elegibilidade do BPC.	Disponível	Dados abertos/ disponíveis	Por território (UF/município), tipo de beneficiário (Idoso/PcD) e ano
8	Nº de ações de comunicação e divulgação do BPC	Quantidade de ações de comunicação e divulgação do BPC (campanhas, materiais, eventos)	MDS	Anual	Quanto maior, melhor	Nº de ações de comunicação e divulgação do BPC	Valores maiores indicam maior esforço institucional destinado à divulgação e disseminação de informações sobre o BPC.	Limitada	Não especificada	Por ano
13	Tempo médio para realização da avaliação social	Tempo médio, em dias, entre o agendamento e a realização da avaliação social do requerente do BPC.	INSS / Dataprev	Anual	Quanto menor, melhor	Média em dias entre a data de agendamento e a data de realização da avaliação social	Valores menores indicam maior agilidade do processo de avaliação social. Menores valores representam maior eficiência operacional.	Limitada	Não especificada	Por ano
14	Tempo médio para realização da avaliação médica	Tempo médio, em dias, entre o agendamento e a realização da perícia médica do requerente do BPC	INSS / Dataprev	Anual	Quanto menor, melhor	Média em dias entre a data de agendamento e a data de realização da perícia médica	Valores menores indicam maior agilidade do processo de avaliação médica. Menores valores representam maior eficiência operacional.	Limitada	Não especificada	Por ano
15	Tempo médio entre a entrada do requerimento e a decisão final sobre a concessão do BPC	Este indicador mede o tempo médio decorrido entre a entrada do requerimento do benefício e a data da decisão final de deferimento ou indeferimento. No cálculo desse indicador, são descartados os casos de concessão decorrente de decisão judicial, concessão por recurso e benefícios oriundos de acordos internacionais, que tem fluxos de análise e tempos diferentes.	INSS / Dataprev	Mensal	Quanto menor, melhor	Média em dias entre a data da decisão final sobre o benefício (data do deferimento ou indeferimento) e a data de entrada do requerimento (DER)	Valores menores indicam maior agilidade do processo não apenas quando o benefício é deferido, mas também quando resulta em indeferimento. Menores valores representam maior eficiência operacional.	Parcialmente disponível	Não especificada	Por território (região), tipo de beneficiário (Idoso/PcD), decisão final (deferido/ indeferido) e ano
16	Taxa de Conclusão de Processos do BPC	Percentual que relaciona o volume total de decisões proferidas (concessões somadas aos indeferimentos) em relação ao volume de novos requerimentos protocolados no mesmo período.	INSS (Sistema Sibe e Maciça).	Mensal	Quanto maior, melhor	(Total de Benefícios Concedidos + Total de Benefícios Indeferidos) ÷ Total de Novos Requerimentos no período	Um índice acima de 1 (ou 100%) indica redução da fila de espera (backlog); abaixo de 100% indica crescimento da fila. Mede a capacidade operacional de dar vazão à demanda.	Disponível	Não especificada	Por território (UF/município) e ano
					PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS					
9	Taxa de Requerimentos	Quantidade total de requerimentos de novos benefícios protocolados no Sistema Integrado de Benefícios (Sibe) dividido pela estimativa total da população elegível.	Censo e INSS/ MPS	Mensal	Quanto maior, melhor	Somatório de requerimentos registrados no Sibe ÷ Total da população elegível ao BPC	Valores maiores indicam maior quantidade de requerimentos, que afeta a fila e o tempo de espera.	Parcialmente disponível	Não especificada	Por território (UF/município) e ano

(continua)

ID	Nome Modificado	Descrição	Fonte de Dados	Apuração	Polaridade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Acesso aos Dados	Disponibilidade dos dados	Comparabilidade
10	Proporção de benefícios com indícios de irregularidade do BPC	Proporção de benefícios em que foram identificados indícios de irregularidade nas atividades de controle, revisão e fiscalização do BPC, em relação ao total de benefícios analisados no mesmo período.	INSS	Semestral	Não se aplica	Nº de benefícios com indícios de irregularidades identificados ÷ Nº total de benefícios analisados	Variações podem refletir tanto mudanças na intensidade da fiscalização quanto na incidência de irregularidades. O denominador reduz o efeito de variações no volume de benefícios analisados.	Limitada	Não especificada	Por território (UF/município), tipo de beneficiário (Idoso/PcD) e ano
11	Taxa de adesão municipal ao BPC na Escola	Total de municípios que aderiram ao Programa BPC na Escola, a fim de garantir o acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência (de 0 a 18 anos) que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), em relação ao total de municípios do país.	Dados administrativos internos do MDS	Anual	Quanto maior, melhor	Nº de municípios aderidos ao BPC na Escola ÷ Nº total de municípios	Valores maiores indicam maior engajamento dos municípios ao programa que, diferentemente do BPC/LOAS, é facultativo.	Parcialmente disponível	Não especificada	Por território (UF/município) e ano
12	Total de questionários aplicados pelo total de beneficiários do BPC-PcD menores de 18 anos	Questionários aplicados em relação ao total de beneficiários do BPC-PcD menores de 18 anos, no âmbito do programa BPC na Escola.	Sistema BPC na Escola	Semestral	Quanto maior, melhor	Nº de questionários aplicados ÷ Nº de beneficiários do BPC-PcD abaixo de 18 anos	Valores maiores indicam melhora na capacidade de identificar barreiras para acesso e permanência na rede escolar.	Limitada	Não especificada	Por território (UF/município) e ano
PRODUTOS FINAIS										
17	Total de benefícios do BPC concedidos no período	Número total de benefícios concedidos em determinado período de tempo	Maciça (base de dados da folha de pagamentos) do MDS	Mensal	Não se aplica	Somatório de benefícios concedidos	Valores maiores indicam uma maior quantidade de benefícios concedidos. Cidades mais populosas naturalmente terão números maiores.	Disponível	Dados abertos/ disponíveis	Por território (UF/município), tipo de beneficiário (Idoso/PcD) e ano
18	Taxa de Concessão de Benefícios	Número total de novos benefícios concedidos em determinado período de tempo divididos pelo total de requerimentos	Maciça (base de dados da folha de pagamentos) do MDS/ INSS/ Dataprev	Mensal	Não se aplica	Nº de novos benefícios concedidos ÷ Nº de benefícios requeridos	Valores maiores representam mais deferimentos, enquanto valores menores representam mais indeferimentos. A causa para uma queda no indicador pode representar tanto um maior endurecimento no processo de análise quanto um aumento nos requerimentos indevidos.	Limitada	Não especificada	Por território (UF/município), tipo de beneficiário (Idoso/PcD) e ano
19	Total de benefícios interrompidos (suspensos ou cessados) pelo total de benefícios ativos	Benefícios interrompidos (suspensos ou cessados) de acordo com os processos de revisão e rotinas de inconformidades divididos pelo total de benefícios ativos.	Dados administrativos internos do MDS e INSS	Mensal	Não se aplica	(Nº de benefícios suspensos + Nº de benefícios cessados) ÷ Nº de benefícios ativos	Valores maiores podem significar eficiência nos procedimentos de verificação administrativos ou aumento nas irregularidades associadas ao BPC.	Limitada	Não especificada	Por território (UF/município), tipo de beneficiário (Idoso/PcD), tipo de desfecho (suspenso/ cessado) e ano

(continua)

ID	Nome Modificado	Descrição	Fonte de Dados	Apuração	Polaridade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Acesso aos Dados	Disponibilidade dos dados	Comparabilidade
20	Proporção de beneficiários do BPC-PcD frequentando a escola	Percentual de beneficiários do BPC-PcD menores de 18 anos que estão frequentando a escola.	MDS/ INEP	Anual	Quanto maior, melhor	Nº de beneficiários do BPC-PcD menores de 18 anos frequentando a escola ÷ Nº total de beneficiários do BPC-PcD menores de 18 anos	Valores maiores indicam redução de barreiras de acesso e maior efetividade das ações do programa.	Limitada	Não especificada	Por território (UF/município) e ano
				RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS						
21	Proporção de beneficiários do BPC atendidos por outros programas sociais ao longo dos anos	Quantidade de beneficiários do BPC que também são atendidos por outros programas sociais (Ex.: Bolsa-Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Auxílio Gás, etc.) em relação ao total de beneficiários do BPC	Cadastro Único e bases dos programas	Anual	Não se aplica	Nº de beneficiários do BPC em outros programas sociais ÷ Nº de beneficiários do BPC	Valores maiores podem indicar melhora no acesso e cobertura a outros benefícios, mas também pode indicar aumento na vulnerabilidade dos beneficiários do BPC.	Limitada	Não especificada	Por território (UF/município), tipo de beneficiário (Idoso/PcD) e ano
22		~~Observar no cadastro unico os programas que são acessados pelas familias beneficiadas pelo BPC~~	**Exclusão: duplicidade com o indicador 21**							
23	Renda familiar per capita média dos beneficiários do BPC	Valor médio da renda familiar per capita das famílias beneficiárias do BPC.	PNADC e/ou Cadastro Único	Anual	Quanto maior, melhor	Soma da renda familiar declarada ÷ Nº total de membros das famílias beneficiárias do BPC	Valores maiores indicam maior nível de segurança de renda das famílias atendidas.	Parcialmente disponível	Não especificada	Por território (UF/município) e ano
24	Variação Real da Renda Domiciliar Per Capita após Concessão do BPC	Percentual de variação real (corrigida pela inflação) da renda domiciliar per capita das famílias beneficiárias antes e após a concessão do BPC, medindo o impacto monetário do benefício em termos de poder de compra.	Cadastro Único, MDS e IBGE	Anual	Quanto maior, melhor	(Renda média real pós-BPC − Renda média real pré-BPC) ÷ Renda média real pré-BPC	Valores positivos indicam aumento real do poder de compra das famílias após a concessão do benefício. O indicador mede a variação da renda em termos reais, descontando o efeito da inflação no período analisado.	Parcialmente disponível	Não especificada	Por território (UF/município), tipo de beneficiário (Idoso/PcD) e ano
25	Proporção do gasto com alimentação das famílias beneficiárias do BPC	Percentual da despesa total de consumo das famílias beneficiárias do BPC destinado à alimentação no domicílio e fora do domicílio.	POF (IBGE) e MDS	De acordo com a disponibilidade da POF	Quanto menor, melhor	Despesa total com alimentação da família beneficiária ÷ Despesa total de consumo da família beneficiária	Valores menores indicam menor comprometimento da renda com necessidades básicas, sinalizando ampliação da capacidade de consumo e maior diversificação do orçamento familiar.	Parcialmente disponível	Dados abertos/ disponíveis	Por território (UF/município), tipo de beneficiário (Idoso/PcD) e ano
26	Taxa de Cobertura do BPC	Percentual de pessoas elegíveis ao BPC que estão efetivamente recebendo o benefício.	PNADC e/ou Cadastro Único	Anual	Quanto maior, melhor	Nº de beneficiários do BPC ÷ Nº estimado de elegíveis ao BPC	Valores maiores indicam maior êxito do programa em alcançar o seu público-alvo.	Parcialmente disponível	Não especificada	Por território (UF/município), tipo de beneficiário (Idoso/PcD) e ano
27	~~Matrícula e frequência escolar das pessoas beneficiadas~~	~~Autoexplicativo~~	~~Censo escolar + Lista dos beneficiarios BPC~~	~~Anual~~	**Exclusão: duplicidade com o indicador 20**					

(continua)

ID	Nome Modificado	Descrição	Fonte de Dados	Apuração	Polaridade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Acesso aos Dados	Disponibilidade dos dados	Comparabilidade
28	Proficiência Média de Beneficiários BPC-PcD em Relação a Grupo Similar Não Beneficiário	Razão entre a média de notas padronizadas em Língua Portuguesa e Matemática no SAEB dos estudantes beneficiários do BPC-PcD e a média de estudantes com perfil socioeconômico e demográfico semelhante não beneficiários.	INEP e MDS	Bienal	Quanto maior, melhor	Média de nota BPC-PcD ÷ Média de nota grupo similar não beneficiário	Valores abaixo de 1 indicam desvantagem relativa dos beneficiários. Valor igual ou superior a 1 indica desempenho equivalente ou superior ao grupo comparável.	Limitada	Não especificada	Por território (UF/município) e ano
29	Taxa de Conversão do BPC-PcD em Auxílio-Inclusão	Percentual de beneficiários do BPC-PcD que passam a receber o Auxílio-Inclusão em determinado período.	Maciça (base de dados da folha de pagamentos) do MDS/INSS	Anual	Quanto maior, melhor	Nº de beneficiários do BPC-PcD que migraram para o Auxílio-Inclusão no período ÷ Nº médio de beneficiários do BPC-PcD no período	Valores maiores indicam maior proporção de beneficiários do BPC-PcD que alcançaram inserção formal no mercado de trabalho.	Parcialmente disponível	Não especificada	Por território (UF/município) e ano
					RESULTADOS					
30	Proporção de famílias beneficiárias em risco de Insegurança Alimentar Grave (INSAN Grave)	Proporção de famílias beneficiárias do BPC classificadas em risco de Insegurança Alimentar Grave, segundo o CadInsan.	CadÚnico/ MDS e Ebia/ IBGE	De acordo com a disponibilidade	Quanto menor, melhor	Nº de beneficiários do BPC em risco de INSAN Grave ÷ Nº de beneficiários do BPC no Cadastro Único	Valores maiores indicam maior vulnerabilidade alimentar entre os beneficiários. Seu propósito é monitorar a magnitude e a incidência desse risco em nível municipal. A partir do Cadastro podemos identificar famílias beneficiárias do BPC.	Parcialmente disponível	Não especificada	Por território (UF/município) e ano
31	Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos Beneficiários do BPC	Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) adaptado para os beneficiários do BPC. O Índice original do Ipea leva em conta dimensões de infraestrutura urbana, renda e trabalho, e capital humano, que podem ser trazidos do Cadastro Único.	CadÚnico e MDS	Anual	Quanto maior, melhor	IVS dos beneficiários do BPC[1]	Valores maiores indicam menor vulnerabilidade social.	Limitada	Não especificada	Por território (UF/município), tipo de beneficiário (Idoso/PcD) e ano
32	Razão de Risco de Mortes por Condições Sensíveis à Atenção Primária entre Beneficiários do BPC	Razão entre a taxa de mortalidade por condições sensíveis à atenção primária entre beneficiários do BPC e a taxa correspondente na população geral.	SIM/ DATASUS, IBGE e MDS	Anual	Quanto menor, melhor	Taxa de mortalidade por condições sensíveis à atenção primária entre beneficiários do BPC ÷ Taxa de mortalidade por condições sensíveis à atenção primária na população geral	Valores superiores a 1 indicam maior risco relativo de morte por condições sensíveis à atenção primária entre beneficiários; reduções ao longo do tempo sugerem melhoria nas condições e acesso a serviços básicos de saúde.	Parcialmente disponível	Não especificada	Por território (UF/município), tipo de beneficiário (Idoso/PcD) e ano

(continua)

[1] Material de referência para o cálculo: https://ivs.ipea.gov.br/#/repositorio

ID	Nome Modificado	Descrição	Fonte de Dados	Apuração	Polaridade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Acesso aos Dados	Disponibilidade dos dados	Comparabilidade
33	Proporção de beneficiários do BPC que comparecem às eleições	Proporção entre os beneficiários maiores de 16 anos e com título de eleitor ativo que compareceu às eleições	Dados Abertos do TSE e CadÚnico	Bianual	Quanto maior, melhor	Nº de beneficiários do BPC que votaram ÷ Nº total de beneficiários do BPC aptos a votar	Valores maiores podem indicar uma maior participação social e exercício da cidadania. Mensura o grau de participação dos beneficiários aptos ao voto em eleições, seja diretamente com cruzamento de informações individuais com o TSE ou por meio de proxies como comparação de locais com maior recebimento do benefício em relação a outros.	Limitada	Não especificada	Por território (UF/município), tipo de beneficiário (Idoso/PcD) e ano
34	Taxa de Desligamento do Auxílio-Inclusão por elevação da renda	Proporção de beneficiários do Auxílio-Inclusão que tiveram o benefício cessado em razão da elevação da renda familiar acima do critério de elegibilidade.	CadÚnico e Lista Auxílio-Inclusão	Anual	Quanto maior, melhor	Nº de beneficiários do Auxílio-Inclusão com cessação por superação do critério de renda no período ÷ Nº total de beneficiários do Auxílio-Inclusão no período	Valores maiores indicam maior nível de transição para autonomia econômica.	Parcialmente disponível	Não especificada	Por território (UF/município) e ano
35	Taxa de Desligamento do BPC na Escola por elevação da renda	Proporção de beneficiários do BPC na Escola que tiveram o BPC cessado em razão da elevação da renda familiar acima do critério de elegibilidade.	CadÚnico e Sistema BPC na Escola.	Anual	Quanto maior, melhor	Nº de beneficiários do BPC na Escola com cessação do BPC por superação do critério de renda no período ÷ Nº total de beneficiários do BPC na Escola no período	Valores maiores indicam maior nível de transição para superação da situação de vulnerabilidade.	Parcialmente disponível	Não especificada	Por território (UF/município) e ano
IMPACTOS										
36	Razão de Mortalidade Padronizada dos Beneficiários do BPC-Idoso em relação à população idosa geral	Razão entre a taxa de mortalidade dos beneficiários do BPC-Idoso e a taxa de mortalidade da população idosa geral na mesma faixa etária, território e período.	IBGE, MDS e SIM/ DATASUS	Anual	Quanto menor, melhor	Para cada faixa etária	Valor igual a 1 indica mortalidade equivalente à população idosa geral. Valor maior que 1 indica maior mortalidade relativa dos beneficiários. Redução da razão ao longo do tempo sugere diminuição da desigualdade em sobrevida entre idosos vulneráveis. Permite mensurar a desigualdade relativa de sobrevida entre idosos vulneráveis e a população idosa em geral.	Parcialmente disponível	Não especificada	Por território (UF/município), faixa etária (65–69, 70–74, 75–79, 80+), sexo e ano

(continua)

ID	Nome Modificado	Descrição	Fonte de Dados	Apuração	Polaridade	Fórmula de Cálculo	Interpretação do Indicador	Acesso aos Dados	Disponibilidade dos dados	Comparabilidade
37	Razão de Mortalidade Padronizada dos Beneficiários do BPC-PcD em relação à população geral da mesma faixa etária	Razão entre a taxa de mortalidade dos beneficiários do BPC-PcD e a taxa de mortalidade da população geral na mesma faixa etária, território e período.	IBGE, MDS e SIM/ DATASUS	Anual	Quanto menor, melhor	Para cada faixa etária	Valor igual a 1 indica mortalidade equivalente à população geral da mesma faixa etária. Valor maior que 1 indica maior mortalidade relativa das PcDs beneficiárias. Reduções na razão ao longo do tempo sugerem diminuição da desigualdade estrutural de sobrevida. Permite avaliar a desigualdade relativa de sobrevida das PcDs em situação de vulnerabilidade.	Parcialmente disponível	Não especificada	Por território (UF/município), faixa etária, sexo e ano
38	Índice de Pobreza Multidimensional dos Beneficiários do BPC (IPM-BPC)[2]	Índice sintético que mede a incidência e intensidade de privações multidimensionais entre as famílias beneficiárias do BPC, com base nas dimensões de educação, habitação e infraestrutura básica (dimensões usadas pelo IPM-POF), conforme informações do CadÚnico.	CadÚnico	Anual	Quanto menor, melhor	(Nº de famílias beneficiárias do BPC multidimensionalmente pobres ÷ Nº total de famílias beneficiárias do BPC) × (Média da proporção de privações sofridas pelas famílias multidimensionalmente pobres)	O índice varia de 0 a 1. Valores mais elevados indicam maior incidência e intensidade de privações multidimensionais entre beneficiários do BPC. Reduções ao longo do tempo sugerem melhoria estrutural nas condições de vida além da dimensão estritamente monetária.	Limitada	Não especificada	Por território (UF/município), tipo de beneficiário (Idoso/PcD) e ano
39	Contribuição do BPC para a Redução do Índice de Gini	Diferença entre o Índice de Gini da renda domiciliar per capita calculado com a inclusão do valor do BPC e o Índice de Gini recalculado após a exclusão do valor do BPC da renda domiciliar. O indicador estima o efeito redistributivo direto do BPC sobre a desigualdade de renda no Brasil.	PNAD (IBGE)	Trimestral	Quanto menor, melhor	Gini da renda domiciliar per capita com o valor do BPC − Gini da renda domiciliar per capita sem o valor do BPC	Valor negativo indica que o BPC reduz a desigualdade de renda. Quanto maior a diferença, maior a contribuição redistributiva direta do programa.	Disponível	Dados abertos/ disponíveis	Por território (UF/município) e ano

Fonte: elaboração própria com base nas discussões documentadas de oficinas, materiais compartilhados, metadados e dicionários de dados das bases de dados listadas.
Siglas: Dataprev: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência; DATASUS: Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde; EBIA: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar; PBF: Programa Bolsa Família; SIM: Sistema de Informações sobre Mortalidade; UF: unidade da federação.

[2]Material de referência: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagicad/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_326.pdf